

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7786433>



TERRITÓRIO, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR: SIGNIFICAÇÕES E REPERCUSSÕES SOB A ÉGIDE DECOLONIAL

Telma Regina Stroparo¹

Resumo

O objetivo do presente texto é tecer reflexões sobre como o conceito de ciência e conseqüentemente de desenvolvimento científico sofrem alterações ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças do meio e como o conhecimento científico (des)constrói-se e adequa-se aos novos paradigmas. Dentro do bojo de discussões discute-se território, territorialidades, agroecologia e suas repercussões na soberania alimentar, sob a abordagem decolonial. Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico de cunho qualitativo e pauta-se em revisão bibliográfica. A égide decolonial permite analisar as repercussões e significações da agroecologia nos territórios, as territorialidades e soberania alimentar como movimentos de resistência ante uma estrutura dominante e hegemônica que impõe modos de vida, rotinas, técnicas produtivas e hábitos de consumo em detrimento aos saberes tradicionais, heterogêneos, locais e únicos.

Palavras Chave: Agroecologia; Decolonialidade; Soberania Alimentar; Território.

Abstract

This paper aims to reflect on how the concept of science and, consequently, scientific development has changed over time, adapting to changes in the environment and how scientific knowledge (de)constructs itself and adapts to new paradigms. In the context of these discussions, we discuss territory, territorialities, agroecology, and their repercussions on food sovereignty from a decolonial approach. Methodologically, this is a qualitative theoretical study based on a literature review. The decolonial aegis allows us to analyze the repercussions and meanings of agroecology in territories, territorialities, and food sovereignty as resistance movements against a dominant and hegemonic structure that imposes ways of life, routines, production techniques, and consumption habits to the detriment of traditional, heterogeneous, local and unique knowledge.

Keywords: Agroecology; Decoloniality; Food Sovereignty; Territory.

INTRODUÇÃO

Conhecimento científico e ciência são temas de intensos debates na academia, dada a complexidade, as diferentes abordagens e linhas de pensamento. Por si só, isto não é ruim, pois entende-se que quanto mais um assunto é discutido, arguido, debatido, com justaposição de opiniões e criticidade, mais evolui o conceito. Ao longo dos séculos diversos autores teceram teorias e defenderam argumentos que propiciaram o entendimento atual sobre os mais diversos assuntos, notadamente sobre ciências.

Nesta linha de pensamento e pautados por Boaventura de Sousa Santos (2010), que, ao discorrer sobre Ecologia dos Saberes, refere-se ao reconhecimento da pluralidade dos saberes e da necessidade de valorização dos mesmos para realização de ações verdadeiramente emancipatórias, por meio do diálogo e debate reflexivo, buscamos discutir as interfaces, repercussões e significações de temas como

¹ Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: telma@unicentro.br



territorialidades, agroecologia e soberania alimentar contrapondo-se a uma forma de governança territorial que estabelece padrões de produção de alimentos, estipula novas necessidades de consumo de alimentos hiper industrializados e impõe formas de concorrência desleal na produção e escoamento de produtos advindos de pequenas propriedades rurais, notadamente agroecológicas. (SILVA, 2022; BALESTRIN, 2019; SANTOS, 2010). O ensaio parte, portanto, de uma premissa decolonial e tem como centralidade as interfaces da agroecologia com territórios e territorialidades, saberes tradicionais, governança territorial e soberania alimentar. (GRING-PEMBLE; PERILLA, 2021; STROPARO; SUCHODOLIAK; SUCHODOLIAK, 2022; STROPARO, FLORIANI, 2022, STROPARO, 2021)

Entende-se por colonialidade “[...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”, que se alicerça na classificação étnico-racial da população mundial, que operou no passado e perdura em nosso presente em todos os planos da existência social. (QUIJANO, 2014, 2005; MIGNOLO, 2017; 2001). Contrapondo-se ao conceito de colonialidade, defende-se neste texto o rompimento com as práticas hegemônicas de produção em escala, agronegócio monocultor, desmatamentos, utilização de produtos químicos e sementes modificadas geneticamente, entre outros.

Adota-se uma abordagem epistêmica baseada nos estudos de autores latino-americanos da decolonialidade, especialmente o Grupo Modernidade/Colonialidade, dentre os quais destacam-se Aníbal Quijano (2014), Catherine Walsh (2017), Edgard Lander (2005), Enrique Dussel (2016), Maria Lugones (2014), Nelson Maldonado-Torres (2007), Ramon Grosfoguel, Santiago Castro Gomez (2005) e Walter Mignolo (2017; 2001).

Defende-se a agroecologia não apenas como método de cultivo de alimentos, mas como filosofia de vida que considera a terra como patrimônio sagrado, utiliza práticas que primam pela proteção da água e da agrobiodiversidade, resgate de saberes e modos de cultivo tradicionais, desenvolvimento sustentável do território e promoção da soberania alimentar. De forma prática, privilegia ações e produtos de comunidades tradicionais, promove sistemas de produção e comercialização direta, a economia solidária, a preservação de sementes e biomas, os produtos típicos, os sabores e saberes tradicionais.

Os estudos sobre território, agroecologia e soberania alimentar são multidisciplinares e multidimensionais, pois abarcam em seu bojo saberes de diversas epistemologias e, a partir de óbices observáveis, permitem entender o contexto, as repercussões e significações e apontar soluções sociais. A égide decolonial, portanto, desconstrói conceitos e explica as práticas agroecológicas e contraponto à hegemonia dos mercados dominantes e contribui para a soberania alimentar ao passo que incentiva e promove saberes tradicionais, agrobiodiversidade e formas de bem-viver que



privilegiam o local, o alimento diversificado, as sementes crioulas, as trocas e associativismos, o coletivo e o pequeno agricultor.

A metodologia caracteriza-se como pesquisa qualitativa com abordagem bibliográfica e procedimento documental. Para tanto foi realizada a consulta de artigos nas bases de dados *Esmerald Insight* e Google Acadêmico. Como critério de seleção, utilizou-se os termos “Agroecology”, “Food Sovereignty”, “Territory” e “Decoloniality”. Foram excluídos do portfólio de pesquisa publicações de monografias, dissertações, teses e artigos de eventos, bem como aqueles que não se relacionavam diretamente com a temática abordada.

Estruturalmente, o ensaio apresenta-se dividido em seções: Introdução que tem por objetivo contextualizar o assunto e apresentá-lo. Depois, discute-se os temas a partir de uma episteme decolonial e reflexiva propondo a valorização de saberes e práticas ancestrais existentes nos territórios.

CIÊNCIA, CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DECOLONIALIDADE

Para Demo (1989) o conhecimento científico é algo em construção, nunca acabado. Considera que discutibilidade é o principal critério de cientificidade, pois deve ser passível de verificação, desconstruções e reconstruções com as mais diversas abordagens possíveis. Nada é válido definitivamente, exceto os dogmas que não são considerados científicos. A validade do conhecimento é discutível e relativa. Das refutações nascem novas teorias e conhecimentos e a ciência alimenta se delas, das alterações e/ou das substituições provenientes das discussões.

Por outro lado, Lakatos e Marconi (2003) afirmam que o conhecimento utiliza se de métodos científicos (conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem economia e segurança). O fundamento do conhecimento científico consiste na evidência dos fatos observados e experimentalmente controlados, é real (factual), contingente (veracidade ou falsidade), sistemático e passível de verificabilidade. Além disso, constitui-se em conhecimento falível, pois não é definitivo, absoluto ou formal, mas aproximadamente exato.

Autores como Karl Popper (1972), Thomas Kuhn (1962), Paul Feyerabend (1977), Edgar Morin (1996) em diferentes épocas teceram contribuições e importantes reflexões acerca do conhecimento científico, evolução das ciências e propuseram formas de pensamento que fizeram com que a Geografia se reformulasse ao longo de tempo.

Popper (1972) assevera: “(...) descobri a função de certas teorias epistemológicas (...) no desenvolvimento das ideias liberais. Vi-me forçado a rejeitá-las por se terem revelado insustentáveis.



As críticas às nossas crenças mais enraizadas devem estar presentes a todos que não temem a verdade e desejam descobri-la”.

Para Popper a verdade evidente é um mito e suas críticas são endereçadas principalmente aos conceitos totalizantes. Inserir a geografia no debate do Popper implica em aceitar o pressuposto de que a geografia é essencialmente crítica, qualquer que seja sua classificação - física, política, humana, filosófica, social, etc. - e que o rigor metodológico que deve estar presente nas teorias que alicerçam seu arcabouço é que propicia a avaliação da cientificidade.

Neste sentido, Popper critica o princípio da indução como método de procedimento científico. Segundo suas proposições só se pode fundamentar indução com novas induções o que transforma se em um círculo vicioso de induções sucessivas, perdendo a conexão causal entre os fenômenos.

Mais adiante Popper diz que o conhecimento é feito de arbitrariedade e de caprichos individuais (POPPER, 1972, p. 43). Portanto, nesta linha de pensamento, a ciência não é indutivista, mas feita por meio de uma permanente construção e reconstrução de hipóteses de acordo com suas interfaces com a realidade. A Geografia deve, a partir desta concepção, identificar, descrever e explicar a realidade, dentro de contextos e a partir de óbices observáveis, apontar soluções sociais.

Por outro lado, Thomas Kuhn (1962) escreve sobre os desacordos expressos entre os cientistas sociais no que diz respeito à natureza dos métodos e problemas científicos legítimos. Discorre sobre paradigmas, assim denominadas as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência (KUHN, 1962).

A ciência dialoga com os pressupostos paradigmáticos de Kuhn a partir da multiplicidade, ou seja, abarcando a diversidade de concepções e estando aberta às mais diversas teorias. Se por um lado a multiplicidade é sinônimo de pluralidade, por outro lado significa unidade, pois cada pesquisador define temas e defende paradigmas, de forma exaustiva e aprofundada, para fundamentar as teses propostas. Enquanto ciência, caracteriza-se por ser dinâmica e abarcar o conhecimento humano, em sintonia com as mudanças do meio e tendências de pensamento humano, trabalha na interpretação dinâmica da realidade.

Outrossim, esta argumentação e desenvolvimento teórico faz com que paradigmas sejam questionados e contestados e, conseqüentemente, novos paradigmas surgem de forma contínua. Ou seja, quando um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. Desta forma, a Geografia se beneficia dos ditos paradigmas seja por meio dos conflitos gerados pela contestação teórica metodológica e epistemológicas, seja pelos



debates advindos com a proposição de novos paradigmas discutidos detalhadamente, seja pelo acolhimento das diversas teorias e fenômenos.

Outros autores podem ser incluídos na discussão como Feyerabend (1977) que ao pensar numa análise crítica da ciência, tomando por base a epistemologia e seu anarquismo, pode se inferir que as teorias não são completamente consistentes em todos os aspectos, mas considerando que a ciência é complexa e dispersa sendo impossível explicá-la por regras e teorias simples e/ou incompletas. No entanto, isso não significa defender um anarquismo ingênuo que rejeita o método puro e simplesmente. O próprio Feyerabend reconhece que determinados padrões e procedimentos são necessários e que não se deve proceder sem eles. A quebra dos preceitos visa a não estagnação da própria ciência e ao avanço do conhecimento científico. Não obstante, anarquismo epistemológico é uma concepção mais livre da ciência, mas não desprovida de método. Portanto, não trata-se de desconsiderar os avanços da ciência e aceitar pacificamente teorias não fundamentadas em fatos verificáveis e baseados puramente em crenças, mas de entender que o método deve ter a flexibilidade necessária para reconhecer e abarcar as mudanças da sociedade e assim produzir as respostas demandadas.

Morin (1982) pressupõe o reconhecimento da existência da complexidade e, a partir daí, problematizar a produção do conhecimento científico enquanto atividade complexa. É inviável pensar ciência sob perspectivas simplificadoras e condicionadas, mas que há necessidade de “reforma de pensamento”. Percepções de que ciência é inseparável de seu contexto histórico-social e que não é apenas científica, mas histórica, sociológica e eticamente complexa nos faz pensar na tese não só como resultado dos fenômenos observados e/ou vivenciados, mas também como instrumento de transformações que ao mesmo tempo que investiga a realidade transforma e é passível de transformação, com consciência do incerto, do flexível e multidimensional.

Neste contexto, e ancorados na abordagem decolonial, cita-se Maldonado-Torres, (2007)

(...) aspira-se romper com a lógica monológica da modernidade. Pretende fomentar a transmodernidade: um conceito que também deve se entender como um convite ao diálogo e não como um novo universal abstrato imperial. A transmodernidade é um convite a pensar a modernidade/colonialidade de forma crítica, desde posições e de acordo com as múltiplas experiências de sujeitos que sofrem de distintas formas a colonialidade do poder, do saber e do ser. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 162).

De fato, busca-se romper com o pensamento hegemônico, dominante que estabelece a cultura da produção de monocultura, em grandes extensões de terras, destruindo as agrobiodiversidade, os saberes e práticas.



O pensamento decolonial parte de uma lógica de pluralidade de pensamentos e formas, pela busca do direito à diferença, ao questionamento das verdades absolutas e desiguais (MIGNOLO, 2017). Não trata-se, portanto, de rompimentos por si só, mas em focar na diversidade e na alteridade em sua multiplicidade, entendendo a modernidade como fruto de todas as culturas e não apenas a europeia. Trata-se ainda de um resgate das culturas ancestrais e das práticas usuais subjugadas pelo eurocentrismo.

Tem-se decolonialidade nos territórios que, insurgentes, mantêm suas tradições alimentares e culturais apesar das fortes influências externas advindas de sistemas agroalimentares impositivos que tendem a padronizar necessidades, produtos e processos.

O CONTEXTO DAS TERRITORIALIDADES, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR

Milton Santos conceitua espaço como uma totalidade e devendo ser analisado como tal. (indissociabilidade entre forma e conteúdo – estrutura, processo e função). O espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia (SANTOS, 1978; 1996; 2002, 2004).

A partir do espaço tem-se o território que é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível (GOTTMANN, 2012; RAFFESTIN, 1993, 1988; 1986). Territorialidade, por sua vez, corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações (SAQUET, 2021; 2009; 2005; 2000). Discussões sobre tais conceitos são profícuas e estão presentes em diversos estudos que discorrem amplamente sobre a multidimensionalidade de territórios e territorialidades (HAESBAERT, 2009; 2007; 1999; SAQUET, 2021; 2009; 2005; 2000; GOTTMANN, 2012; RAFFESTIN, 1993, 1988; 1986).

Dentro deste contexto das territorialidades a agroecologia com suas práticas e saberes ancestrais por seu caráter multidimensional apresenta-se como indissociável, pois contempla aspectos humanos, políticos, ambientais e diversidade e agrossistemas (ALTIERI, 1989, 2000; ALTIERI; NICHOLLS, 2020; COSTA *et al.*, 2017; NASCIMENTO; CALLE-COLLADO; BENITO, 2020; PAULINO; GOMES, 2020; SAMPSON *et al.*, 2021). Segundo Caporal (2016), a agroecologia é uma disciplina científica que tem como foco uma perspectiva ecológica, proporcionando uma visão ampla e interdisciplinar sobre os atuais processos agrícolas (STROPARO; FLORIANI, 2023).



Agroecologia, então, abarca um modo de vida e traduz-se por meio de práticas culturais e territoriais que contrapõe-se à sistemas hegemônicos que impõem relações de produtividade/lucratividade às custas de monocultura, agrotóxicos e demais produtos químicos que afetam a biodiversidade de forma irrestrita. Agroecologia é, portanto, decolonial à medida em que contesta e resiste às imposições de tais sistemas monoculturais.

Dentre as características da agroecologia ressalta-se à biodiversidade e salvaguarda do patrimônio genético de um determinado território sendo responsáveis inclusive pela soberania e segurança alimentar de um povo. Entende-se que soberania alimentar é o direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações (ALTIERI, 2012; CHONCHOL, 2005; MEIRELLES, 2004).

Por outro lado, segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste: “...na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (SOUSA *et al*, 2019; BURITY *et al*, 2010).

O assunto reveste-se de importância a partir dos dados apontados pela pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) indicando que mais de 125,2 milhões de brasileiros não tinham certeza se teriam o que comer no futuro próximo e conviveram com algum grau de insegurança alimentar entre 2021/2022. A pesquisa também aponta um aumento na insegurança alimentar e fome na ordem de 54% aproximadamente. (REDE PENSSAN, 2022).

A decolonialidade relaciona-se, portanto, com soberania alimentar à medida que propicia que as tradições alimentares de cada povo, com suas heterogeneidades e características inerentes, resistam às práticas de mercados globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste ensaio discutir a decolonialidade traçando um paralelo com a evolução dos conceitos de conhecimento científico e ciência, num contexto de reflexões sobre os pensamentos e práticas hegemônicas que subjagam os saberes tradicionais em benefício de uma estrutura de agronegócios capitalista.

Questionar os paradigmas ora vigentes é salutar e coaduna com o conceito de conhecimento científico que acolhe tais contestações teóricas, metodológicas e epistemológicas.



A discussão de temas como territorialidades, agricultura familiar e agroecologia são importantes pois traduzem-se num movimento de resistência, decolonial e de preservação não só da cultura e práticas, mas de um modo de vida que perpassa as questões financeiras e econômicas, embora estas sejam importantes e não possam ser desconsideradas, pois há necessidade de implementação de ações que agreguem valor e possibilitem escoamento aos produtos produzidos no território quer seja por meio de programas de estado para fornecimento de alimentos, quer seja com cadeias curtas de comercialização.

Desta forma, tem-se a agroecologia como prática e modo de vida que abarca e preserva as heterogeneidades, as tradições locais e a salvaguarda do patrimônio cultural e da sociobiodiversidade cujas interfaces decolonialiais evidenciam-se a partir das características multidimensionais e plurais, refutando um modelo único e dominante de produção e utilização desenfreada de recursos naturais e seus efeitos deletérios.

Neste viés, à guisa de conclusão, destacam-se as críticas às concepções dominantes e opressoras, a superação da colonialidade e salvaguarda de territorialidades arraigadas nos territórios, mas constantemente ameaçadas notadamente pela desarticulação de uma governança múltipla, heterogênea e local.

REFERENCIAS

ALTIERI, M. A. “Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar”. **Revista Nera**, n. 16, 2012b.

ALTIERI, M. A. “Agroecology: A new research and development paradigm for world agriculture”. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, vol. 27, n. 1, 1989.

ALTIERI, M. A. “Applying agroecology to enhance the productivity of peasant farming systems in latin américa”. **Journal of Peasant Studies**, vol. 1, 2000.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. “Agroecology and the reconstruction of a post-COVID-19 agriculture”. **Journal of Peasant Studies**, vol. 47, 2020.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012a.

BALESTRIN, N. L. “Algumas reflexões acerca das jovens camponesas, agroecologia e decolonialidade”. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, vol. 5, n. 1, 2019.

BURITY, V. *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.



CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. **A agroecologia e sustentabilidade: base conceitual para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: EMATER, 2016

CHONCHOL, J. “A soberania alimentar”. **Revista Estudos Avançados**, vol. 19, 2005.

DA COSTA, M. B. B. *et al.* “Agroecology development in Brazil between 1970 and 2015”. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, vol. 41, n. 3, 2017.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1989,

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Editora Alves, 1977

GOTTMANN, J. “A evolução do conceito de território”. **Boletim Campineiro de Geografia**, vol. 2, n. 3, 2012.

GRING-PEMBLE, L.; PERILLA, G. “Sustainable beekeeping, community driven-development, and tri-sector solutions with impact”. **Corporate Governance: The International Journal of Business in Society**, vol. 21, n. 2, 2021.

HAESBAERT, R. “Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial”. HAESBAERT, R. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, R. “Identidades Territoriais”. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999.

HAESBAERT, R. “Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)”. *In*: ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MALDONADO-TORRES, N. “On the Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept”. **Cultural Studies**, vol. 21, n. 2, 2007.

MEIRELLES, L. “Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais”. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, vol. 1, 2004.

MIGNOLO, W. **Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001.

MIGNOLO, W. “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, 2017.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.

NASCIMENTO, F. S.; CALLE-COLLADO, Á.; BENITO, R. M. “Social and solidarity economy and agroecology in family agriculture cooperatives in Brazil as a form of development of sustainable agriculture”. **CIRIEC-Espana Revista de Economía Publica, Social y Cooperativa**, n. 98, 2020.



NICHOLLS, C. I.; ALTIERI, M. A. "Pathways for the amplification of agroecology". **Agroecology and Sustainable Food Systems**, vol. 42, n. 10, 2018.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. "The institutionalization of agroecology in Brazil: Academic trajectories and discursive ties". **Revista Sociedade e Estado**, vol. 35, n. 1, 2020.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

POPPER, K. **Conjecturas e Refutações**. Brasília: Editora da UnB, 1972.

QUIJANO, A. (ed.). **Des/colonialidad y bien vivir: un nuevo debate en América Latina**. Lima: Editorial Universitaria, 2014.

QUIJANO, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

SAMPSON, D. *et al.* "Food Sovereignty and Rights-Based Approaches Strengthen Food Security and Nutrition Across the Globe: A Systematic Review". **Frontiers in Sustainable Food Systems**, vol. 5, 2021.

SANTOS, B. S. "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes". SANTOS, B. S.; MENESES, M. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da USP, 1978.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

SAQUET, M. "Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território". In: SPOSITO, E. (org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: Editora da UNESP, 2005.

SAQUET, M. A. "O tempo, o espaço e o território". In: SOUZA, E.; SOUZA, Á. (orgs.). **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. Cascavel: Editora da Unioeste, 2000.

SAQUET, M. A. "Uma geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial". **Revista Nera**, n. 57, 2021.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.



SILVA, R. “Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento”. **Revista Katálysis**, vol. 25, 2022.

SOUZA, M. J. L. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

STROPARO, T. R. “Slow Food e organização social como promotores de desenvolvimento em tempos de pandemia”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 7, n. 20, 2021.

STROPARO, T. R.; FLORIANI, N. “Certificações Agroecológicas e Canais de Comercialização: um olhar sob à egide daecoinovação”. **Anais do IV Simpósio Latino-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2022

STROPARO, T. R.; FLORIANI, N. “Certificações agroecológicas e canais de comercialização: ecoinovação, redes e governança territorial”. **Revista de Gestão e Secretariado**, vol. 14, n. 2, 2023.

STROPARO, T. R.; SUCHODOLIAK, M. A. S.; SUCHODOLIAK, L. S. S. T. **Diversificação e desenvolvimento rural: agricultura familiar, erva-mate e mel**. São Paulo: Editora Científica, 2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima